

NOVA ÁGUIA

Revista de Cultura para o Século XXI

Nº 23 – 1º SEMESTRE 2019

ENSAIO & POESIA | TEMAS & AUTORES

NOS 10 ANOS DO MIL

Movimento Internacional Lusófono

ALMADA

*Portugal: Pátria,
Nação e Paraíso*

DALILA

ainda sobre

ANTÓNIO TELMO

AGOSTINHO DA SILVA

inéditos

Zéfiro


Esta obra não pode ser reproduzida ou transmitida por
qualquer processo à excepção de excertos para divulgação.
Reservados todos os direitos, de acordo com a legislação em vigor.

TÍTULO

Nova Águia – Nº 23 – 1º Semestre 2019

AUTORES

Vários Autores

DIRECTOR

Renato Epifânio

VICE-DIRECTORES

Anna Galvão, António José Borges, José Almeida, Luís Lóia, Luís de Barreiros Tavares,
Luísa Janeirinho, Maria Luísa Francisco, Nuno Sotto Mayor Ferrão e Samuel Dimas

ILUSTRAÇÕES (INTERIOR)

Délio Vargas

EDITOR

Alexandre Gabriel

1ª EDIÇÃO: Abril de 2019

ISSN: 1647-2802

DEPÓSITO LEGAL: 276 328/08

IMPRESSÃO: DPS


© 2019, Nova Águia & Zéfiro



Zéfiro – Edições e Actividades Culturais, Lda.

Apartado 21 – 2711-953 Sintra – Portugal

EMAIL: zefiro@zefiro.pt

 WWW.ZEFIRO.PT

A RENASCENÇA PORTUGUESA E A GRANDE GUERRA: O NÚMERO ESPECIAL DE *A ÁGUIA* SOBRE A PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA NO CONFLITO MUNDIAL

José Carlos Casulo

INTRODUÇÃO

A participação de Portugal na primeira guerra mundial foi quase tão antiga quanto o desencadeamento das hostilidades, ocorrido em 28 de junho de 1914, com a invasão da Sérvia pelo Império Austro-húngaro, em retaliação pelo não acatamento das condições por este último impostas àquela após o assassinato, cometido por um sérvio, em Sarajevo, precisamente um mês antes do arquiduque Francisco Fernando e sua esposa.

Na realidade, prevendo o pior, o governo português decidira, em agosto de 1914, preparar e enviar expedições militares a Angola e Moçambique, territórios que faziam fronteira com colónias alemãs (a sul, em Angola; a norte, em Moçambique). Aliás, mesmo antes de os primeiros expedicionários chegarem ao seu destino, as hostilidades já se tinham iniciado em Moçambique, com o ataque alemão ao posto de Maziúá, na margem sul do rio Rovuma, na noite de 23 para 24 de agosto do mesmo ano de 1914, tendo os confrontos entre alemães e portugueses na região decorrido, com maior ou menor intensidade, até ao Armistício. E em Angola viriam a iniciar-se em outubro desse ano, durando, todavia, menos tempo: até junho de 1915, altura em que as forças alemãs que operavam a partir do atual território da Namíbia se renderam à União Sul-africana.

A partir de 23 de fevereiro de 1916, porém, respondendo a uma solicitação da Grã-Bretanha, Portugal começou a apoderar-se dos navios alemães, e respetivas cargas, fundeados nos portos nacionais.

Em 9 de março seguinte, invocando este, mas também outros factos denotadores do apoio luso aos Aliados, a Alemanha declarou guerra a Portugal.

Nesta sequência, o governo da República enviou, então, para o *front* europeu, o Corpo Expedicionário Português e o Corpo de Artilharia Pesada Independente, que aí permaneceram – se bem que bastante abalado aquele primeiro –, até à desmobilização geral após a vitória aliada. Ulteriormente, enquanto membro integrante da coligação vencedora, Portugal participou em todo o processo de negociações que levou à fixação das condições da paz.

Ora, tal como o envolvimento de Portugal, *de facto*, no conflito, foi anterior à declaração de guerra da Alemanha e se prolongou, naturalmente, após o conflito, agora já não para as batalhas militares, mas para as refregas político-diplomáticas, também a atitude e pronunciamento cívico da Renascença Portuguesa sobre a Grande Guerra foi anterior a março de 1916 e posterior a novembro de 1918. Com efeito, compulsando toda a informação sobre o assunto haurível em *A Águia* e em *A Vida Portuguesa*, poder-se-ia, com alguma liberdade, discernir três momentos na ação demo-pedagógica da Sociedade a propósito da guerra: um momento anterior à entrada de Portugal no conflito, em que se exaltou o esforço português nos combates em África e em que, inclusivamente, se chegou a planear a criação de um centro de instrução militar da Renascença; um momento que vai daqui até ao Armistício, em que se publicam alguns textos de combatentes e em que se destaca a vinda a lume do número especial de *A Águia* sobre o envolvimento português na guerra europeia; um momento final, posterior a 11 de novembro de 1918, sobretudo preenchido com a publicação de poemas, textos e livros de antigos combatentes.

Restringir-nos-emos, aqui, a um aspeto relevante do segundo momento, a saber, o número

especial de *A Águia* sobre a participação de Portugal na Grande Guerra. É que, reunidos num único fascículo, a Renascença Portuguesa dedicou os números 52, 53 e 54 da revista *A Águia*, relativos aos meses de abril, maio e junho de 1916, à temática da guerra em que o nosso país passava, então, a estar oficialmente envolvido, ao lado dos Aliados e contra os impérios centrais europeus. Cumpria, assim, o Movimento, mais uma vez, o desiderato de educação cívica que emanava dos seus estatutos, agora para esclarecer e orientar a opinião pública sobre a beligerância nacional.

Em boa verdade, deve dizer-se que este número especial de *A Águia* foi, maioritariamente, mas não integralmente, dedicado à entrada de Portugal no conflito. Realmente, correspondendo este número especial às páginas 109 a 215 da segunda série da revista, a questão da guerra só ocupa as páginas 109 a 169. Acontece, ainda, que, quer em extensão, quer em densidade concetual, quer, por fim, em autoria, os textos não têm todos igual importância, como num primeiro olhar sobre a respetiva listagem o não deixará de sugerir:

- Teixeira de Pascoaes, “A guerra” (pp. 109-111);
- Teófilo Braga, “Qual será o novo equilíbrio europeu?” (pp. 112-115),
- Gomes Leal, “O monstro quer sangue [soneto]” (p. 116);
- Alberto de Oliveira, “Portugal no Brasil” (pp. 117-118);
- Raúl Proença, “Unidos pela Pátria” (pp. 119-126);
- Jaime Cortesão, “Cântico Lusíada [poema]” (pp. 127-130);
- Marcelino Mesquita, “Bendita guerra” (pp. 131-132);
- Jaime de Magalhães Lima, “Os impulsos da consciência nacional e a guerra” (pp. 133-137);
- João de Barros, “Os artistas e a guerra” (p. 138);
- Mayer Garção, “O Direito e a Força” (pp. 139-140);
- Henrique Lopes de Mendonça, “A peça-nha germânica” (pp. 141-142);

- Leonardo Coimbra, “O sentido da guerra” (pp. 143-152);
- Augusto de Castro, “Depoimento” (p. 153);
- Augusto Gil, “Não vai o tempo...” (p. 154);
- Augusto Casimiro, “Hora de Nun’Álvares [poema]” (pp. 155-162);
- Aurélio da Costa Ferreira, “Em guerra” (p. 163);
- Henrique de Vasconcelos, “Gentil sangue latino” (pp. 164-165);
- Philéas Lebesgue, “Portugal et France” (pp. 166-169).

O que emerge deste número especial de *A Águia*? O que defenderam estes autores e o que foi, então, a posição da Renascença sobre o envolvimento luso no conflito? É o que vamos indagar, analisando as publicações mais extensas e/ou de maior importância argumentativa, não sem reservar, para o fim, espaço para a apresentação conjunta dos contributos menos relevantes. Seguir-se-ão as conclusões e a bibliografia.

TEIXEIRA DE PASCOAES (“A GUERRA”)

Teixeira de Pascoaes era, na altura, o diretor de *A Águia*. Por isso, e para além de outros óbvios motivos, mesmo que estivessemos perante uma simples propedêutica editorial a este número da revista – o que não é o caso – o seu texto mereceria, sempre, particular atenção.

Ora, Pascoaes, sem qualquer dúvida, defendia a participação de Portugal na guerra – “Tudo exige a nossa beligerância”¹ (Pascoaes, 1916, p. 11) –, não só a título pessoal, mas também como diretor de *A Águia*, deste modo afirmando a posição institucional do Movimento quanto ao assunto: “A atitude da *Águia* como órgão da Renascença Portuguesa», sociedade de exclusivos fins patrióticos, tem de ser fatalmente favorável à nossa beligerância” (idem). E eram quatro os motivos que o solitário do Marão invocava para defender a integração de Portugal na coligação que defrontava a Alemanha. Vejamos.

¹ Ao longo do artigo, citaremos fazendo a atualização ortográfica do texto original.

A primordial razão – porque dela, em maior ou menor grau, todas as outras decorriam – apontada por Pascoaes era a de garantir a independência nacional, sobretudo face ao vizinho estado espanhol. Como ele dizia, “Poderíamos evitar a guerra, se houvésemos encarregado a Espanha de dirigir a nossa política internacional (...). Mas, nesse caso, a independência de Portugal seria atingida de morte” (id., p. 109). É que, dada, por um lado, a nossa idêntica circunstância geográfica – a Península Ibérica – e considerada, por outro lado, a neutralidade espanhola, só asseguraríamos a nossa “individualidade política distinta e verdadeira, enquanto a ação exterior de Portugal se exercer num sentido diferente do da Espanha” (id.).

E a nossa independência impunha-nos um segundo motivo para avançar: a aliança luso-britânica, a qual, para o diretor da revista, de modo algum significava submissão, mas antes, sim, significava “autonomia e independência” (id., p. 110), pois, no seu entendimento, tirante o triste episódio histórico da governação do marechal Beresford, os britânicos eram “um Povo liberal que respeita como nenhum outro Povo, excluindo a França, a liberdade dos pequenos povos europeus” (id.).

Consequentemente, e já estamos no terceiro motivo, não se teria que temer que, ao participar nas hostilidades em solo europeu, nos juntássemos à França: é que desta, como da velha Albion, nada havia que recear quanto à nossa independência. Acrescentadamente, pensava o poeta-filósofo, Portugal não podia ignorar a sua condição de pátria latina e, por esta via, o seu parentesco chegado ao país dos gauleses, como também não podia esquecer o papel libertador da revolução francesa, motivos ambos estes que urgiam o nosso “amor a França até ao sacrifício, porque a França é a nossa maior Irmã; (...) é a depositária do espírito latino (...) [e] porque foi ela a emancipadora dos homens, foi ela que lhes deu a liberdade” (id., p. 111).

Como último fundamento para a intervenção nacional na Grande Guerra, invocou Pascoaes a necessidade de as pequenas nações, como Portugal, por estarem votadas a sortes iguais, serem solidárias entre si, de onde que não nos

fosse lícito ser indiferentes às dores da Sérvia e da Bélgica, essas duas pequenas nações europeias ocupadas e oprimidas pelos impérios centrais europeus.

TEÓFILO BRAGA (“QUAL SERÁ O NOVO EQUILÍBRIO EUROPEU?”)

Nos mesmos mares, se bem que por diferentes rumos, navegou Teófilo Braga no artigo com que contribuiu para este número especial de *A Águia*. O antigo responsável pelo primeiro ministério republicano colocava a questão do conflito nestes termos: a guerra era um ataque à civilização ocidental, perpetrado, paradoxalmente, por um dos seus três grandes pilares modernos – a Alemanha. Não propriamente a Alemanha considerada no seu todo ôntico histórico-civilizacional, na sua asseidade, mas, nas próprias palavras do ex-Presidente da República, “A Alemanha prussianizada” (Braga, 1916, p. 114), a Germânia do “caporal prussiano Guilherme II, que se atribui a missão divina de tornar a Alemanha o Império mundial – *Deutschland über alles!*” (idem, p. 112).

Com efeito, nestas breves linhas, Teófilo Braga, começando por estabelecer o primado da ocidentalidade, isto é, da civilização europeia, “centro hegemónico da cultura mundial” (id., p. 113), sobre as demais civilizações, traçou um esboço do curso temporal da sua edificação, iniciada na antiguidade, com os povos mediterrânicos, e amadurecida, a partir da época medieval, pela França, Inglaterra e Alemanha. A França incumbira-se de desenvolver a literatura, as artes, o direito civil e as universidades. A Inglaterra dera um cariz social ao humanismo renascentista, passando, depois, a contribuir para “as transformações políticas da França do século XVIII, despertando através da Alemanha o individualismo do génio germânico na literatura” (id.). A Alemanha protagonizara a reforma protestante “que suscita nas outras nações o problema da liberdade de consciência, ao mesmo tempo que a autoridade das Ciências experimentais à crença nas ficções o critério da observação” (id.). E sustentada nestes três pilares – França, Inglaterra e Alemanha – se difundira

a civilização ocidental para os países europeus mais a oriente e para as Américas.

Porém, no seu auge, o ritmo civilizador ocidental, na ótica de Teófilo Braga, tinha sofrido um rude golpe com a política germano-unificadora de Otto von Bismarck e, na sequência desta, com a emergência do prussianismo, cuja ação culminava na guerra em que, oficialmente, Portugal tinha passado a participar. Para reverter este desvio, havia, incontornavelmente, que expurgar “a Alemanha do seu canceroso prussianismo, expurgando a vesânia do seu imperialismo” (id., p. 115). Por outras palavras: Teófilo Braga desejava a derrota militar do Segundo Reich, a esta luz compreendendo o esforço de guerra português e com ele concordando.

RAÚL PROENÇA (“UNIDOS PELA PÁTRIA”)

Escrevendo em jeito de resposta ao convite que Álvaro Pinto lhe endereçara para participar neste número especial de *A Águia*, Raúl Proença, em “Unidos pela Pátria”, defendeu a necessidade de uma campanha informativa dirigida ao povo português, por um lado, e, por outro, de uma ação política, aquela para exaltar o patriotismo luso, esta para unir os portugueses em tão difícil hora. Assim ele o escrevia:

Apenas me quero referir a dois pontos essenciais, em que não farei mais do que exprimir convicções em mim assentadas desde o princípio da guerra: a propaganda que há a fazer para levantar o sentimento nacional, e os atos que se nos impõem para realizar a única união sagrada que é possível no nosso país, nas atuais circunstâncias (Proença, 1916, p. 119).

Quanto à campanha informativa, ou propaganda, acrescente-se que, para além do acima referido objetivo de *levantar o sentimento nacional*, Proença não deixou de considerar um outro, o qual era o de combater a “corrente germanófila em Portugal (...) que (...) deverá tentar tudo para impedir que cumpramos o nosso dever” (idem). Era esta, aliás e ademais, a primeira das quatro ideias gerais que deviam dar conteúdo à campanha de propaganda nacional a favor da participação de Portugal na guerra ao lado dos Aliados. Assim, propunha Proença que, à tese

germanófila nacional que sustentava que, no passado, franceses e ingleses nos tinham prejudicado, ao passo que os alemães jamais o tinham feito, se contrapusesse, para esclarecimento geral do povo português, que o que estava em causa não era o passado, mas o presente, que não era “devido a razões históricas que (...) [íamos] (...) entrar nesta guerra. Não (...) [era] (...) para resgatar o passado, mas para garantir o presente e o futuro” (id., p. 124).

E era precisamente na questão do futuro de Portugal que residia, para o nosso autor, a segunda ideia, ou linha argumentativa, justificadora da nossa beligerância. Era o futuro da pátria portuguesa que estava em causa. Não um futuro abstrato, longínquo e vago, mas o futuro concreto da presença nacional em África, importante que esta era para a valorização do nosso estatuto no âmbito das nações europeias. Assim raciocinava o futuro seareiro: se a Alemanha vencesse, Portugal, participando ou não no conflito, perderia, em qualquer caso, as suas possessões africanas, pois “A Alemanha (...) está-se preparando já há muito para nos fazer o maior mal possível” (id., p. 120). Por isso, era de todo imprescindível “lutar contra a Alemanha para que lhe seja assim mais difícil [vencer a guerra]; mas também lutar contra a Alemanha para que a sua derrota não envergonhe o nosso triunfo” (id., p. 121). Ou seja: para Raúl Proença, Portugal devia avançar para a frente europeia não unicamente para ajudar a derrotar o Império Alemão e, como consequência, manter a sua posição em África, mas também para que, se os Aliados vencessem sem, todavia, nós termos participado na guerra, a referida manutenção da nossa posição africana não fosse um bônus injustamente recebido, assim como que uma espécie de favor imerecido que nos envergonhasse perante os triunfadores. Deste modo, pois, era mister marchar para o *front*, integrar as hostes aliadas e ajudar à derrota inimiga, para, de pleno direito e de cabeça erguida – sem qualquer vergonha, portanto – ficarmos a dever apenas ao nosso esforço e sacrifício os louros de uma desejável vitória aliada, a qual significaria, “para nós, a posse repousada e tranquila dum vastíssimo território colonial, invejado dos mais poderosos; a independência,

firme e sólida como nunca, do nosso tosão continental (...) [e] (...) o direito de defendermos por nós próprios a nossa causa na conferência de paz” (id., pp. 121-122).

Terceira ideia a veicular na campanha de propaganda a favor da participação nacional na guerra ao lado dos Aliados: as imposições decorrentes da aliança luso-britânica, entendida não como a expressão de “amizades platónicas” (id., p. 122), mas como um tratado político que ligava entre si as duas partes signatárias na defesa de interesses mútuos, os quais o nosso autor entendia que, na circunstância, eram coincidentes. E, mesmo se o não fossem, teríamos sempre, em sua opinião, que cumprir a obrigação de apoiar a nossa velha aliada:

Mesmo, pois, que o nosso destino não estivesse nesta luta intimamente ligado ao da Inglaterra pelos interesses atualmente em jogo, devíamos oferecer-lhe os nossos préstimos, e batermo-nos por ela onde quer que fosse preciso. Tais são os deveres imperativos e insofismáveis da nossa aliança. Não devemos faltar a eles (id.).

Como última ideia a utilizar na campanha de propaganda que propunha, Proença assinalava um argumento de natureza axiológica, a saber, o de que participar na guerra contra a Alemanha era defender a justiça e a liberdade. Não que, ingenuamente, o nosso autor acreditasse que era a causa da justiça e da liberdade que norteava as nações beligerantes: “eu não acredito que nenhuma nação da Europa se esteja a bater a esta hora pela liberdade e pela justiça. (...) cada uma das nações se bate por si mesma, e não parece a mais obrigada” (id.). Se é verdade, então, que Proença não acreditava que fosse pela pureza do ideal da justiça e liberdade que se fazia a guerra, acreditava, não obstante, ser “a sorte da própria Liberdade e da própria Justiça” (id., p. 123) que, ultimamente, estavam em causa na guerra mundial em curso. Com efeito, ele entendia que, para lá dos interesses imediatos de ambas as partes, que tinham ditado a deflagração das hostilidades, havia, no tocante ao desfecho das mesmas, “uma verdadeira luta entre duas civilizações antagónicas – uma democrática, progressiva, antimilitarista, outra imperialista, medieval, caserneira” (id.). Dois

paradigmas civilizacionais, consequentemente: o da liberdade e da justiça, pelo qual combatiam os Aliados; o da opressão e da injustiça, defendido pelos impérios centro-europeus.

Como atrás salientámos, Raúl Proença pretendia que, juntamente com a campanha de propaganda cujas linhas doutrinárias mestras acabámos de apresentar, houvesse atos políticos que potenciasses a união da nação portuguesa, os quais seriam apenas dois, mas ambos de largo alcance. Em primeiro lugar, entendia que se deveria proceder à “revogação da lei que suspendeu os direitos políticos dos funcionários [públicos] separados do serviço [na sequência da instauração de república e das agitações políticas posteriores]” (ib., p. 125), e, mais ainda, dever-se-ia, também, reintegrar no funcionalismo público aqueles que não ocupavam cargos de confiança política. Em segundo lugar, ter-se-ia que rever a Lei da Separação entre Estado e Igrejas “na parte que restringe injustificadamente as garantias e os direitos dos crentes e dos ministros da religião” (ib.), o que, em sua opinião, ajudaria a desligar o catolicismo da causa monárquica, sem que, com isto, Proença pretendesse defender a impossibilidade de congraçar os monárquicos numa união nacional perante a Grande Guerra. O seu critério era mais elevado, como a atestam as seguintes palavras:

É preciso que neste momento se não façam distinções senão entre patriotas e não patriotas; monárquicos e republicanos, nós não entendemos isso. É preciso, pois, fazer tudo para que a união dos bons patriotas, de todos os partidos, seja um facto. E para isso é necessário dar a cada um o direito de ser em política e em religião o que bem lhe aprouver. Sagrado direito de ser católico! sagrado direito de ser monárquico, e de o gritar! mas a pena de morte (não há a pena de duas mortes?) para o que quiser atraiçoar a pátria (id.).

JAIME DE MAGALHÃES LIMA (“OS IMPULSOS DA CONSCIÊNCIA NACIONAL E A GUERRA”)

No seu depoimento, Jaime de Magalhães Lima recusou a oportunidade de “discutir vantagens e inconvenientes da intervenção ou da abstenção de Portugal na guerra” (Lima, 1916, p. 133).

Sendo um dado adquirido e inegável que Portugal já estava na guerra, o que agora interessava, para ele, era compreender os valores e em jogo e aquilo que, no pós-guerra, seria o futuro da Europa.

Na guerra, dizia, “dois modos de ser políticos e sociais se encontravam em conflito” (idem, p. 134), a saber, o modo de ser digno e o modo de ser indigno, ou miserável. De um lado, o dos Aliados, estava a defesa da dignidade humana, suportada pelos valores da liberdade, da democracia e do direito. De outro lado, o dos impérios alemão e austro-húngaro, estavam o despotismo, o poder aristocrático-militar, a sobreposição da força ao direito, fatores todos estes constitutivos de uma postura favorecedora da indignidade humana.

Perante este dilema – dignidade ou indignidade – os portugueses tinham responsabilidades que os obrigavam a colocarem-se, sem qualquer ambiguidade, ao lado da causa aliada. Com efeito, por ser uma pátria latina, Portugal, não só por razões de mera ordem política, mas por desejo congénito à estrutura sanguínea e espiritual do seu povo, não tinha outra opção. Assim escrevia Jaime de Magalhães Lima:

A política, aqui como em toda a hipótese, quando chega a proclamar aspirações e a trasmudá-las em mandado, vem apenas murmurar (...) o que uma necessidade da alma popular formou, quis e exigiu na sua poderosa vitalidade alimentada por uma laboração secular. Uma herança inalienável, toda fundada no latinismo autêntico que nos moldou o caráter e nos anda nas veias, na tradição e nos costumes, colocou-nos do lado dos Aliados; uma identidade constitucional étnica e política nos apartou para o seu lado, como por afinidades secretas se juntam e englobam as moléculas de uma mesma substância. A aliança derivou de um facto natural, e não de um capricho político ou de qualquer violência ou constrangimento (id.).

Tinha sido, então, lembrando o título do artigo do nosso autor, um impulso de consciência nacional que nos levará à guerra contra a Alemanha. E seria esse mesmo impulso que nos levaria a caminhar *pari passu* com os países latinos na nova configuração da Europa resultante do desfecho das hostilidades, configuração essa que,

segundo o nosso autor, era já vislumbrável no teor do comunicado final da Conferência Aliada de Paris de 27 de março de 1916. Ora, recorde-se, neste comunicado sublinhava-se o empenho das nações aliadas numa unidade de ação militar, económica e diplomática que levasse à derrota dos impérios centrais europeus. Jaime de Magalhães Lima, porém, já via mais longe, via aquilo que demoraria a acontecer, mas que se encontra, nos dias de hoje, em construção: uma união europeia, construída a partir da união ao nível económico, mas projetando-se para patamares de unidade superiores. Ouçamo-lo:

a conferência [aliada de 27 de março de 1916] (...) iniciou um compromisso expresso de vida económica internacional, um começo da comunidade de regime de relações civis, que praticamente, em seus resultados concretos, redundou na constituição de uma pátria europeia, fundada no império de princípios, regras e obrigações comuns de direito, de moral, de justiça e de política, e dissolvendo os antagonismos nacionais no respeito das liberdades mútuas e na sua mútua defesa e auxílio. Fenómeno de alcance histórico estupendo (...) significa a renovação do império romano [e] conduzirá (...) àquela ressurreição da paz otaviana que foi a fortuna de muitas raças, a alegria de repetidas gerações, e o batismo de muitas civilizações (id., p. 135).

Uma futura Europa unida e de paz, em que Magalhães Lima entendia que também havia um lugar para a Alemanha. Não para a Alemanha bárbara e belicosa do prussianismo, “obra de governos de há dois dias” (id., p. 136), mas para aquela outra “Alemanha, eternamente grande e abençoada, [que] viveu de todo isenta de semelhança de degradação e esplendidamente cresceu e enalteceu a dignidade da civilização” (id.)

LEONARDO COIMBRA ("O SENTIDO DA GUERRA")

Não é o alemão que se combate, é a atitude religiosa que ele representa!

Os idólatras são pela Alemanha; quem amar Deus, em espírito e verdade; quem só compreende a quantidade como a indeterminação oferecida à amorosa vontade de comunicação e convivência, é pela França (Coimbra, 1916, p. 151).

Leonardo Coimbra, como se constata neste extracto, colocava e explicava a Grande Guerra num horizonte de contornos metafísicos e religiosos: de um lado – o germânico – a idolatria, de outro lado – o dos Aliados – o verdadeiro amor a Deus; de um lado “a vertigem materialista do mundo moderno” (idem, p. 143), de outro “o esforço transcendente das forças espirituais (id.) contra esse mesmo materialismo. Expliquemos. Para o Tribuno, o Homem devia à cultura clássica e ao cristianismo as suas “ligações (...) com o todo, que o colocam no planeta com um alto significado de vida” (id., p. 144). Por outras palavras: a gregos, romanos e cristãos, devia a humanidade o sentido da sua existência. Dos gregos, mais do que dos romanos, o Homem recebera o domínio, pelo conhecimento, da natureza. Dos romanos, mais do que dos gregos, acolhera a unidade social assente “nos laços do direito e da justiça” (id.). Dos cristãos herdara a ideia da “verdadeira fraternidade” (id.) cósmica universal, sob o mesmo Deus “de bondade e perdão” (id.).

Mas, continuava Leonardo, com o devir temporal, a realidade concreta da organização social cristã europeia foi causando alguma erosão na autenticidade da mensagem original de Jesus, assim “Como um rio, que desviado em mil canais desaparecesse porque entre as areias se sumiram todos os braços” (id.). Daqui Lutero e a Reforma, um homem e um movimento que seriam louváveis se neles não tivesse encontrado expressão, “em parte [,] o ódio bárbaro à arte e à organização” (id.). Contudo, por assim ter sido, a reforma luterana tornou-se um equívoco no tocante à ideia, que apregoava, da necessidade do regresso às origens do cristianismo, deste modo se tendo demonstrado a menor capacidade germânica para compreender a magnificência civilizacional greco-latina e a elevação religiosa do cristianismo.

Os alemães revelavam-se, então, como “Um povo menos embebido de cristianismo e cultura greco-latina, sem misticismo humilde e amoroso” (id., p. 145); um povo que não ultrapassara a menoridade religiosa, pois não só não se tinha impressionado com “os deuses helénicos [que] tinham perfumado a terra da harmonia dos

seus corpos” (id., p. 146), como também não tinha absorvido “a pura paternidade, a bondade onnipotente” (id., p. 145) do cristianismo; um povo, em suma, religiosamente num estado inferior, que, séculos, mesmo mais de um milénio depois do surgimento da civilização clássica e do cristianismo, não passara de erigir como sua maior edificação religiosa os “deuses (...) gigantes e anões, disformidades de força e tenebrosa magia” (id., p. 146) que perpassam a Canção dos Nibelungos.

Esta era, segundo o futuro diretor da primeira Faculdade de Letras do Porto, a causa remota, última, da eclosão da Grande Guerra, e causa remota porque o seu efeito se não seguira imediata e diretamente. Na realidade, Leonardo assinalou, também, uma causa intermédia e uma causa direta: a filosofia alemã do agir humano era a causa intermédia; o Segundo Reich era a causa direta. Estabeleceu, pois, o Criacionista, uma hierarquia tri-causal até ao efeito, em que da causa remota brota a causa intermédia e, por sua vez, desta nasce a causa direta que dita o efeito real. Esquemáticamente assim, no sentido descensional: causa última/ remota à causa intermédia à causa imediata/ direta à efeito real/ concreto.

A causa última da guerra, como vimos, era a errónea, ou incompleta, sempre deficiente, portanto, compreensão germânica do classicismo e do cristianismo. Esta causa tinha gerado uma filosofia do agir humano que a este retirava o seu valor cósmico: “Um cristianismo mal penetrado há de retirar à atividade humana o valor cósmico, a sua atenção perante o universal. / É o que nos mais altos filósofos alemães se pode estudar” (id.). E o nosso autor nomeou tais *altos filósofos alemães*: Leibniz, Kant, Fichte, Hegel, Schopenhauer, Wundt, Nietzsche e Eucken. Não deixando de valorizar Leibniz e Kant, por serem os mais nobres e a quem a alma latina, clarificando e extraindo a íntima luz, mais deve” (id., p. 147), e pouco dizendo sobre os demais, com exceção de Nietzsche, foi neste último que o nosso pensador mais se deteve, precisamente porque entendia que “onde a íntima essência da atividade germânica se revela eminentemente é no filósofo-profeta Nietzsche” (id.). E nele

mais se deteve por nele ser óbvio um pensamento que derrota os valores cristãos e exalta os da natureza humana bruta, ainda não lapidada pelo cristianismo. Nietzsche, escrevia Leonardo Coimbra, “sente um ódio desvairado a esse cristianismo, que classifica de revolta dos escravos contra os valores impostos pelos fortes” (id., p. 148) e, em alternativa, glorifica a “parte da alma humana, que (...) é entusiasmo, delírio de força, de expansão e absorvente conquista” (id.), dimensão esta da alma humana que o nosso renascente achava ser “aquela que a vida moderna exercita e valoriza. É o industrialismo absorvente, o comércio voraz e conquistador” (id.). A partir de Nietzsche, mas não desprezando os demais pensadores acima indicados, a filosofia alemã do agir humano, para Leonardo, ditava ao povo germânico a necessidade do engrandecimento da sua força e a urgência da conquista, como se ele, povo alemão, fosse Deus. Ditava, enfim, o pangermanismo:

Ei-lo Deus, presente em todas as almas, elevando-as a novos delírios pelo frémito da sua precipitada e volumosa presença.

Um conceito muito vago virá servir esse Deus para o acrescentar do romantismo desvairado de todos os sedimentos animais das almas.’

É o conceito de pangermanismo. (id., p. 149).

Do pangermanismo nascia a causa imediata da Grande Guerra, a saber, o Segundo Reich, que, se nascera aqui, no pangermanismo, se agigantara e expandira devido a um facto da vida real, o qual fora a derrota gaulesa, na sequência do desastre da batalha de Sedan, na guerra franco-prussiana de 1870-1871. Assim afirmava Leonardo:

Imaginai agora um povo perto dos instintos primitivos, bárbaro e brutal sob uma cortesia de superfície, colocado dentro deste ritmo de ação delirante e vertiginosa!’

‘Esse povo, para maior sedução, vence a França em 1870[-1871] e encontra-se com um enorme tributo de guerra e uma vitória, decisiva demonstração do valor da força e da exteriorização veemente (id., p. 148).

Logo de seguida, Bismarck unificara os povos germânicos sob o Kaiser, formara-se o Segundo

Reich, “a Alemanha acelera a indústria, vai batendo a França e a própria Inglaterra” (id., p. 149), enriquece, aumenta exponencialmente a sua população, militariza-se, alarga a sua influência mundial estabelecendo mesmo colónias noutros continentes e, por fim, a partir de 1914, lança-se na guerra para se expandir no velho continente: “É a Força, avassalando no grito furioso da velocidade e da absorção.” (id., p. 150). Analisada a parte alemã daquele que era, para o Criacionista, o sentido da guerra, passemos, agora, a tratar do que ele pensava quanto ao sentido da presença da França no conflito. Podemos começar por referir que aquilo que decorre do espírito e da letra do texto é que, segundo Leonardo, a França, ao contrário da Alemanha, compreendera e assimilara cabalmente a cultura clássica e o cristianismo – “[A França], diz ele, é bem o helenismo e o cristianismo em frente da idolatria e do barbarismo [da Alemanha]” (idem).

E aqui assentava a tese geral leonardina sobre o papel da França na guerra: “a França, no tremendo conflito, é o Espírito contra a Matéria, o obreiro em frente da obra rebelde e ameaçadora” (id.). Sendo que, para esta representação do Espírito por parte da França muito tinha contribuído a linha espiritualizante do pensamento filosófico francês contemporâneo que ia de Renouvier a Bergson, passando por Boutroux, Guyau e Poincaré. Era a filosofia de Renouvier que se afirmava como “um ato de fé cristã” (id.). Era, em Boutroux, “aquela Razão dinâmica e espiritualista” (id.) e, em Guyau, “um fundamental e profundo cristianismo” (id., p. 148). Era Poincaré evidenciando “que toda a ciência é uma obra do espírito” (id.). Era, alfin, Bergson asseverando a “Vida penetrada de espírito” (id.). A última página do artigo dedicou-a Leonardo Coimbra a expor a sua reflexão sobre o papel a desempenhar por Portugal na refrega, que o mesmo é dizer sobre o sentido da intervenção de Portugal na guerra. Fácil é de perceber que se, para o Tribuno, o sentido da guerra era o de pugnar pela vitória do Espírito sobre a Matéria, era conseguir que o verdadeiro amor a Deus suplantasse a idolatria, ele nada mais poderia fazer do que defender a intervenção nacional ao lado dos Aliados. E assim foi.

Louvou o autor, portanto, a decisão governamental de nos colocar na guerra em defesa da causa aliada, porque o povo português, ao contrário do povo alemão e do mesmo modo que o povo francês, tinha compreendido bem, captado e interiorizado, o helenismo e o cristianismo: “E nós, que, na nossa modéstia, tão maravilhosamente casamos a lúcida alegria helenica com o profundo enternecimento cristão, estamos bem neste pavoroso conflito entre a rebeldia da matéria e as clarificadoras intenções da Consciência” (id., p. 152).

Se era esta a justificação fundamental para a intervenção nacional, aquela que, em derradeira análise, desvendava o sentido da participação portuguesa na guerra, outras havia, porém, mais prosaicas e imediatas, que Leonardo, não as desprezando, logo se prestou a acrescentar àquela primeira e mais substancial. Assim, partindo do princípio, límpido e claro, de que Portugal teria sempre que optar por uma de duas atitudes possíveis – a intervenção ou a neutralidade – parecia-lhe impossível esta última, pelo que os lusitanos teriam que, forçosamente, intervir e intervir contra a Alemanha:

Sem neutralidade possível nós seríamos vítimas da cobiça prussiana no caso da sua vitória.

Poderíamos sê-lo ainda no caso duma meia derrota, com uma paz cheia de compensações, se a nossa atitude fosse indigna da boa amizade dos povos aliados.

Seremos grandes e respeitados no caso certo da vitória dos aliados, se a nossa vontade amiga for bem claramente posta à prova pelo cumprimento do dever dentro das nossas modestas forças.

É o sacrifício da nossa menor vida de hoje à maior vida do futuro; à grande vida da Pátria; é o cumprimento do grande dever religioso de contribuir para que a vida terrestre se não apouque e degrade num servilismo sem nobreza, num orgiaco movimento sem entranhas, nem idealidade (id., p. 152).

AURÉLIO DA COSTA FERREIRA

(“EM GUERRA”)

Se respeitássemos cegamente o critério da extensão dos artigos publicados, a participação de

Aurélio da Costa Ferreira neste número especial de *A Águia* não mereceria tratamento à parte e mais deveria integrar a secção seguinte dedicada aos outros contributos menores. Com efeito, “Em guerra”, era este o título do artigo do nosso autor, não vai para além de umas poucas dezasseite linhas divididas em cinco parágrafos. Porém, a densidade da mensagem do médico e pedagogo é diametralmente oposta à sua extensão.

Costa Ferreira começou por afirmar lapidariamente que “A guerra tem vantagens” (Ferreira, 1916, p. 162), entre as quais a de permitir “combater eficazmente dois dos nossos maiores inimigos: a *intolerância* e a *indisciplina*” (idem). Republicano moderado, fundador do Partido Evolucionista, a intolerância e disciplina a que se refere seriam, provavelmente, a intolerância das posições políticas radicais que abundavam no Portugal da época, bem como a indisciplina tumultuosa, a desordem, que delas advinha para a sociedade portuguesa. O parágrafo seguinte, aliás, parece comprovar esta interpretação, já que, nele, se salientavam, como vantagens da nossa intervenção bélica, a potenciação da unidade nacional e a prestigiação política do governo: “O estado de guerra dá aos governos uma força e prestígio que raramente se alcança em tempo de paz e o perigo comum (...) põe-nos de acordo em muita coisa que fora do estado de guerra nos divide e separa” (id.).

E, para o diretor da Casa Pia, valia a pena o sacrifício da guerra, pois os seus efeitos – prestígio da governação republicana e unidade nacional – eram preferíveis à intolerância e indisciplina em que a se vivia a paz: “A guerra tem horrores? A paz também os tem. / Parece-me que foi Renan que dizia: «fala-se sempre dos horrores da guerra. Quem nos descreverá os horrores da paz?»” (id.).

OUTROS CONTRIBUTOS

Outros textos, de menor significado, integraram este número especial de *A Águia* sobre a participação portuguesa na Grande Guerra. Deles passamos a dar sumária notícia.

Em forma poética, encontramos um soneto de Gomes Leal e, numa classificação bastante livre, duas odes, uma de Jaime Cortesão e outra

de Augusto Casimiro. No soneto “O Monstro Quer Sangue”, Gomes Leal exprimiu poeticamente o terror e a desgraça que andam associados às guerras. Jaime Cortesão, que veio a integrar o Corpo Expedicionário Português enquanto oficial médico, em “Cântico Lusíada”, evocando a circunstância geográfica marítima portuguesa, bem como alguns episódios e personagens da nossa História, terminava, num ardor patriótico, incentivando a partida nacional para a guerra: “Pátria, junta os cabelos desgrenhados, / Enxuga o pranto, abafa as aflições; / Pulse, batam de novo desfreados, / Num vento d’arrancada, os teus guiões” (Cortesão, 1916, p. 130). Augusto Casimiro, também ele um futuro expedicionário, até por dever profissional, posto que era oficial de carreira da arma de infantaria, manifestava, no poema “Hora de Nun’Álvares”, uma visão patriótica sobre o momento que Portugal vivia e, relembando figuras, lugares, edifícios simbólicos, episódios e circunstâncias várias de Portugal, terminava assim: “Eu sou a Pátria, a Vida que não morre! / Sou a vitória e canto no perigo! / Sou o que afirma, indómito de fé! / Ó Mar, ó terra, ó céu, vinde comigo! / Gentes de Portugal! Mortos a pé!” (Casimiro, 1916, p. 162).

Do Brasil, Alberto de Oliveira enviou um pequeno texto em que assinalava a unidade da comunidade portuguesa residente no país irmão perante a declaração de guerra da Alemanha a Portugal: “A nossa colónia no Brasil, dividida por opiniões ou fés diversas (...) congregou-se e uniu-se instintivamente, automaticamente, perante a afronta estrangeira.” (Oliveira, 1916, p. 118). Marcelino Mesquita, em “Bendita Guerra”, lamentou que Portugal não se tivesse declarado beligerante contra a Alemanha mais cedo, concretamente logo em 1914, quando, em África, os alemães invadiram os nossos territórios. Para João de Barros, os “artistas, poetas, escritores, educadores, críticos” (Barros, 1916, p. 133), por serem os “naturais defensores da mais alta expressão do espírito da raça” (idem), tinham, necessariamente, que “aplaudir com inexprimível orgulho a situação internacional portuguesa” (id.).

O “Direito e a Força”, assim se intitulava o pequeno artigo de Mayer Garção, no qual este

defendia, precisamente, que o conflito entre Aliados e impérios centrais europeus era um conflito entre o direito, defendido pelos Aliados, e a força bruta daqueles impérios; mas o direito, para ele, triunfaria e Portugal, ao se posicionar como beligerante contra a Alemanha, triunfaria com o direito, pois “Para que não vencêssemos, seria necessário que o direito ruísse. Acabar-se-ia o mundo!” (Garção, 1916, p. 140). Henrique Lopes de Mendonça, por sua vez, acusava o germanismo de ameaçar a civilização latina, pelo que concluía ser mister “vencermos o Dragão, se não quisermos ser devorados por ele, se não quisermos renunciar a todas as liberdades, a todas as virtudes, a todos os ideais que fazem a nossa civilização” (Mendonça, 1916, p. 142).

Augusto de Castro prestou um “Depoimento” declarando-se apoiante da intervenção portuguesa contra a Alemanha na Grande Guerra. Augusto Gil, em texto sem título inserto a pp. 154 e que se iniciava com as palavras “Não vai o tempo...”, apelava à unidade nacional e a um sacrifício patriótico. Com Henrique de Vasconcelos, em “Gentil sangue latino”, voltou a temática da interpretação da guerra mundial como uma luta entre o direito e a força, em que, por tradição e herança cultural, cabia aos países latinos – logo, também a Portugal – defender o direito.

O último artigo a abordar a questão da guerra neste número especial de *A Águia* vinha escrito em francês e era assinado por Philéas Lebesgue, correspondente gaulês da renascença Portuguesa. Datado de Fevereiro de 1916, “Portugal et France”, obviamente, não tratava ainda da intervenção portuguesa. Porém, Lebesgue enaltecia a generosidade portuguesa ao ter doado aos Aliados uma considerável quantidade de armamento: “le Portugal, encore qu’il fut attaqué dans l’Angola par les troupes germaniques, s’était sans hésiter démuné de trent neuf mille fusils et de vingt millions de cartouches en profit de l’Angleterre, de la moitié de son artillerie en faveur de France, tout en assurant le ravitaillement du pot de Gibraltar (Lebesgue, 1916, p. 166). E. defendendo que só os Aliados podiam garantir a nossa independência futura e que a França, em particular, era uma “educatrice

séculaire du Portugal” (id., p. 169), manifestava o desejo de que nós, portugueses, nos viéssemos a unir aos franceses no conflito, o que veio a acontecer muito pouco tempo depois, não propriamente através de uma aliança específica com a França, mas nos moldes que são conhecidos.

CONCLUSÃO

O que inegavelmente decorre, como primeira e meridiana conclusão do estudo deste número especial de *A Águia*, é que a Renascença Portuguesa concordou e apoiou, sem restrições, a entrada de Portugal na frente europeia da Grande Guerra.

E esta concordância e apoio estavam revestidos de uma dimensão oficial, pois, com efeito, se *A Águia* era um órgão oficial da Sociedade; se nela se publicava, portanto, aquilo que refletia as posições do Movimento; se, para este número, a participação foi por convite; então, sem dúvida, a Renascença esteve indefetivamente com a decisão do governo de se unir aos Aliados e combater o Império Alemão e o Império Austro-húngaro.

Mais ainda: pode-se legitimamente concluir que não se tratou de um apoio irrefletido e meramente demonstrativo de um fugaz estado de alma exaltado devido às circunstâncias. Pelo contrário, o apoio da Renascença à participação portuguesa na guerra foi bastante racional e fundamentou-se em argumentos com incidência política de dupla natureza: argumentos de incidência política interna e argumentos de incidência política externa, havendo uma terceira razão comum a estas duas direções argumentativas.

Os argumentos de incidência política interna foram, globalmente, três: garantir a independência nacional no quadro peninsular, assegurar a manutenção futura das nossas colónias e potenciar a unidade nacional. Os de incidência política externa foram igualmente três: honrar a aliança luso-britânica, contribuir para assegurar um futuro de paz e unidade na Europa e, por fim, defender as raízes clássicas (tanto helénicas como latina) e cristãs da civilização ocidental e os seus valores próprios – direito, justiça, liberdade, dignidade e amor a Deus –, contra os valores do prussianismo – força bruta, barbárie,

indignidade e idolatria. O motivo comum a estas duas linhas de argumentação, quase despercebidamente invocado por Aurélio da Costa Ferreira, era o de prestigiar politicamente o governo, o que significava, portanto, que a governação republicana precisava de se prestigiar, externa e internamente, como veremos.

Esta posição fundamentada da Renascença Portuguesa não era estranha ao debate nacional sobre o assunto e, neste debate, a atitude dos renascentes coincidiu com a postura republicana, já dos Democráticos de Afonso Costa, que governava desde novembro de 1915, já dos menos radicais Evolucionistas de António José de Almeida, que substituiu Afonso Costa na governação portuguesa logo desde o início desta crise (15 de março de 1916) e durante mais de um ano (até 25 de abril de 1917), altura em que, de novo, Costa e os Democráticos voltaram ao poder.

O governo do Partido Democrático primeiro e o governo do Partido Evolucionista secundando-o, defenderam, portanto, a marcha das nossas tropas para a Flandres.

Defenderam-na por motivos incontornáveis e reais, quais fossem os das obrigações da aliança luso-britânica e da preservação das colónias, como bem recorda Veríssimo Serrão:

No dia 28 de junho [de 1914] foram assassinados em Sarajevo os príncipes herdeiros da Áustria, o Arquiduque Francisco Fernando e sua mulher, a duquesa Hohenberg, pelo estudante sérvio Princip Garulo (...). Embora o nosso país não estivesse ligado à tragédia, bem podia sofrer as consequências dela, devido à posição que o Império britânico não deixaria, a seu tempo, de assumir e tendo ainda em conta a situação geográfica portuguesa dispersa pelo Mundo. Tinha-se acendido o barril de pólvora que conduziu à I Guerra Mundial (Serrão, 1989, pp. 147-148).

Mas, para além destes fortes e inegáveis motivos, um outro havia, para o qual Oliveira Marques chamou a atenção, e que era o de legitimar internacionalmente o novel regime republicano português:

No entretanto eclodira a Primeira Guerra Mundial. Tornou-se claro, à maioria dos responsáveis e dos interessados pela política portuguesa, que o interesse nacional estava em fazer causa comum

com os Aliados, contra a Alemanha (...). As ambições germânicas no Ultramar exibiam-se sem disfarces (...). Se o País entrasse na guerra ao lado dos futuros vencedores (...) o perigo da perda das colónias seria eliminado. Por outra parte, alinhar com as grandes potências significaria um reconhecimento de facto que a República sentia não haver ainda conquistado em 1914 (...). Interesse nacional, interesse colonial e interesse republicano apontavam, pois, para a intervenção na guerra ao lado dos aliados. (Marques, 1986, pp. 232-233).

Mais recentemente, Teixeira, Domingues & Monteiro (2017, pp. 446-454), não renegando os demais argumentos da soberania nacional e da manutenção das colónias, vieram aportar uma terceira argumentação que sustenta a plausibilidade dos argumentos da potenciação da unidade nacional e da prestigiação interna da governação republicana que Aurélio da Costa Ferreira tinha invocado. Estes autores, efetivamente, defendem (id., pp. 451-453) que o Partido Democrático, de Afonso Costa, se serviu da circunstância bélica europeia para alcançar uma unidade nacional, ou, pelo menos, um equilíbrio político-social interno e a legitimação nacional do regime, na medida em que, ao propugnar e efetivar a participação portuguesa no conflito em nome da nossa soberania e das nossas colónias, encontrava uma causa congregadora de todas as diferentes tendências republicanas, quando não mesmo de todos os portugueses, independentemente dos seus credos políticos ou outros.

Concordamos com esta tese, exceto na ideia da limitação, ao Partido Democrático, da vontade de, pela participação na guerra, legitimar internamente o regime republicano, porquanto entendemos que tal vontade era de um espectro republicano mais vasto, pelo menos também do Partido Evolucionista, que, como acima se fez notar, tendo as rédeas do poder entre março de 1916 e abril de 1917, nada fez para inverter ou desacelerar o rumo da participação lusa na Grande Guerra. Como, por exemplo, atrás vimos, Aurélio da Costa Ferreira, fundador e figura de proa do Partido Evolucionista, colocou a questão nos mesmos termos que Teixeira, Domingues &

Monteiro afirmam que ela foi equacionada exclusivamente pelo Partido Democrático.

Isto considerado, uma outra conclusão nos surge: a *Renascença Portuguesa*, no seu órgão oficial, publicou um pequeno artigo – o de Aurélio da Costa Ferreira – que defendia a entrada de Portugal na guerra para unir os portugueses e prestigiar internamente a governação republicana, e isto praticamente a qualquer preço, pois, não entendia Costa Ferreira serem preferíveis, naquela hora, os horrores da guerra aos horrores da paz? E de quanto até aqui se concluiu uma última ilação brota. Movimento cívico que era e que pretendia, por dever estatuarmente consagrado, a educação dos portugueses, a *Renascença Portuguesa*, com o número especial de *A Águia* sobre a Grande Guerra, contribuiu, efetivamente, para formar nos seus leitores uma opinião política favorável à beligerância portuguesa, fundamentada nos motivos acima apresentados, inclusivamente no de preferir os horrores da guerra aos horrores da paz, desde que daqueles resultasse alguma estabilidade político-social e a legitimação nacional da República, aquela mesma República a que ela, *Renascença*, pretendeu dar uma alma.

BIBLIOGRAFIA

- ALEMANHA (2016). Declaração de Guerra da Alemanha a Portugal [de 9 de março de 1916]. *Revista Militar*, maio de 2016 (número temático), 387-388.
- Augusto Gil, A. (1916). Não vai o tempo...”. *A Águia*, II (52-54), 154.
- Barros, J. (1916). Os artistas e a guerra. *A Águia*, II (52-54), p. 138.
- Braga, T. (1916). Qual será o novo equilíbrio europeu? *A Águia*, II (52-54), 112-115.
- Casimiro, A. (1916). Hora de Nun'Álvares. *A Águia*, II (52-54), 155-162.
- Castro, A. (1916). Depoimento. *A Águia*, II (52-54), 153.
- Coimbra, L. (1916). O sentido da guerra. *A Águia*, II (52-54), 143-152.
- Ferreira, A. da C. (1916). Em guerra. *A Águia*, II (52-54), 163.
- Jaime Cortesão, J. (1916). Cântico Lusíada. *A Águia*, II (52-54), 127-130.
- Leal, E. Castro (2017). A Guerra Dita e a Nação Imaginada: Fragmentos de Memórias da Grande Guerra Editadas Pela *Renascença Portuguesa*. In Teixeira, A. B., Natário, C., Cunha, J. T., Pereira, J. C., Pimentel, M. C., Gama, M., Epifânio, R. (coord.), *A Renascença Portuguesa: Pensamento, memória e Criação* (pp. 399-410). Porto, Portugal: Universidade do Porto.
- Leal, G. (1916). O monstro quer sangue. *A Águia*, II (52-54), 116.
- Lebesgue, Ph. (1916). Portugal et France. *A Águia*, II (52-54), 166-169.

- J. M. (1916). Os impulsos da consciência nacional e a guerra. *A Águia*, II (52-54), 133-137.
- ... A. H. de Oliveira (1986). História de Portugal, vol. 3 (3ª ed.). Lisboa, Portugal: Palas Editores.
- ... Garção, M. (1916). O Direito e a Força. *A Águia*, II (52-54), 139-140.
- ... onça, H. L. (1916). A peçonha germânica. *A Águia*, II (52-54), 141-142.
- ... M. (1916). Bendita guerra. *A Águia*, II (52-54), 131-132.
- ... C. Epifânio, R. (coord.) (2010). *A Águia e a República: 10 Anos Depois*. Sintra, Portugal: Zéfiro.
- ... A. (1916). Portugal no Brasil. *A Águia*, II (52-54), 117-118.
- ... T. (1916). A guerra. *A Águia*, II (52-54), 109-111.
- ... R. (1916). Unidos pela Pátria. *A Águia*, II (52-54), 119-126.
- Samuel, P. (1990). *A Renascença Portuguesa: Um Perfil Documental*. Porto, Portugal: Fundação Eng.º António de Almeida.
- Santos, A. R. (1990). *A Renascença Portuguesa: Um Movimento Cultural Portuense*. Porto, Portugal: Fundação Eng.º António de Almeida.
- Serrão, Joaquim Veríssimo (1989). História de Portugal, vol. XI. Lisboa, Portugal: Editorial Verbo.
- Teixeira, A. B., Natário, C., Cunha, J. T., Pereira, J. C., Pimentel, M. C., Gama, M., Epifânio, R. (coord.) (2017). *A Renascença Portuguesa: Pensamento, memória e Criação*. Porto, Portugal: Universidade do Porto.
- Teixeira, Nuno Severiano (coord.), Domingues, Francisco C. & Monteiro, João G. (2017). História Militar de Portugal. Lisboa, Portugal: A Esfera dos Livros.
- Vasconcelos, H. (1916). Gentil sangue latino. *A Águia*, II (52-54), 164-165.